

VOL I

Ciências Humanas:

Estudos Para Uma Visão Holística Da Sociedade



Silvia Inés Del Valle Navarro
Gustavo Adolfo Juarez
(Organizadores)

 EDITORA
ARTEMIS
2021

VOL I

Ciências Humanas:

Estudos Para Uma Visão
Holística Da Sociedade



Silvia Inés Del Valle Navarro
Gustavo Adolfo Juarez
(Organizadores)

 EDITORA
ARTEMIS
2021



O conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons Atribuição- Não-Comercial NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0). Direitos para esta edição cedidos à Editora Artemis pelos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento, desde que sejam atribuídos créditos aos autores, e sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comercial. A responsabilidade pelo conteúdo dos artigos e seus dados, em sua forma, correção e confiabilidade é exclusiva dos autores. A Editora Artemis, em seu compromisso de manter e aperfeiçoar a qualidade e confiabilidade dos trabalhos que publica, conduz a avaliação cega pelos pares de todos manuscritos publicados, com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

Editora Chefe	Prof. ^a Dr. ^a Antonella Carvalho de Oliveira
Editora Executiva	M. ^a Viviane Carvalho Mocellin
Direção de Arte	M. ^a Bruna Bejarano
Diagramação	Elisangela Abreu
Organizadoras	Prof. ^a Dr. ^a Sílvia Inés del Valle Navarro Prof. Dr. Gustavo Adolfo Juarez
Imagem da Capa	Artem Oleshko
Bibliotecário	Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Conselho Editorial

Prof.^a Dr.^a Ada Esther Portero Ricol, *Universidad Tecnológica de La Habana “José Antonio Echeverría”*, Cuba
Prof. Dr. Adalberto de Paula Paranhos, Universidade Federal de Uberlândia
Prof.^a Dr.^a Amanda Ramalho de Freitas Brito, Universidade Federal da Paraíba
Prof.^a Dr.^a Ana Clara Monteverde, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina
Prof. Dr. Ángel Mujica Sánchez, *Universidad Nacional del Altiplano*, Peru
Prof.^a Dr.^a Angela Ester Mallmann Centenaro, Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof.^a Dr.^a Begoña Blandón González, *Universidad de Sevilla*, Espanha
Prof.^a Dr.^a Carmen Pimentel, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof.^a Dr.^a Catarina Castro, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Prof.^a Dr.^a Cláudia Neves, Universidade Aberta de Portugal
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos, Universidade Federal da Grande Dourados
Prof.^a Dr.^a Deuzimar Costa Serra, Universidade Estadual do Maranhão
Prof.^a Dr.^a Eduarda Maria Rocha Teles de Castro Coelho, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal
Prof. Dr. Eduardo Eugênio Spers, Universidade de São Paulo
Prof. Dr. Eloi Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima
Prof.^a Dr.^a Elvira Laura Hernández Carballido, *Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo*, México
Prof.^a Dr.^a Emilas Darlene Carmen Lebus, *Universidad Nacional del Nordeste/ Universidad Tecnológica Nacional*, Argentina
Prof.^a Dr.^a Erla Mariela Morales Morgado, *Universidad de Salamanca*, Espanha
Prof. Dr. Ernesto Cristina, *Universidad de la República*, Uruguay
Prof. Dr. Ernesto Ramírez-Briones, *Universidad de Guadalajara*, México
Prof. Dr. Gabriel Díaz Cobos, *Universitat de Barcelona*, Espanha
Prof. Dr. Geoffroy Roger Pointer Malpass, Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Prof.^a Dr.^a Gladys Esther Leoz, *Universidad Nacional de San Luis*, Argentina
Prof.^a Dr.^a Glória Beatriz Álvarez, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina
Prof. Dr. Gonçalo Poeta Fernandes, Instituto Politécnico da Guarda, Portugal
Prof. Dr. Gustavo Adolfo Juarez, *Universidad Nacional de Catamarca*, Argentina
Prof.^a Dr.^a Iara Lúcia Tescarollo Dias, Universidade São Francisco
Prof.^a Dr.^a Isabel del Rosario Chiyon Carrasco, *Universidad de Piura*, Peru
Prof.^a Dr.^a Isabel Yohena, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina
Prof. Dr. Ivan Amaro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Iván Ramon Sánchez Soto, *Universidad del Bío-Bío*, Chile



Prof.ª Dr.ª Ivânia Maria Carneiro Vieira, Universidade Federal do Amazonas
 Prof. Me. Javier Antonio Albornoz, *University of Miami and Miami Dade College, USA*
 Prof. Dr. Jesús Montero Martínez, *Universidad de Castilla - La Mancha, Espanha*
 Prof. Dr. Joaquim Júlio Almeida Júnior, UniFIMES - Centro Universitário de Mineiros
 Prof. Dr. Juan Carlos Mosquera Feijoo, *Universidad Politécnica de Madrid, Espanha*
 Prof. Dr. Juan Diego Parra Valencia, *Instituto Tecnológico Metropolitano de Medellín, Colômbia*
 Prof. Dr. Júlio César Ribeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Leinig Antonio Perazolli, Universidade Estadual Paulista
 Prof.ª Dr.ª Livia do Carmo, Universidade Federal de Goiás
 Prof.ª Dr.ª Luciane Spanhol Bordignon, Universidade de Passo Fundo
 Prof. Dr. Manuel Ramiro Rodriguez, *Universidad Santiago de Compostela, Espanha*
 Prof. Dr. Marcos Augusto de Lima Nobre, Universidade Estadual Paulista
 Prof. Dr. Marcos Vinicius Meiado, Universidade Federal de Sergipe
 Prof.ª Dr.ª Margarida Márcia Fernandes Lima, Universidade Federal de Ouro Preto
 Prof.ª Dr.ª Maria Aparecida José de Oliveira, Universidade Federal da Bahia
 Prof.ª Dr.ª Maria do Céu Caetano, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
 Prof.ª Dr.ª Maria do Socorro Saraiva Pinheiro, Universidade Federal do Maranhão
 Prof.ª Dr.ª Maria Lúcia Pato, Instituto Politécnico de Viseu, Portugal
 Prof.ª Dr.ª Maritza González Moreno, *Universidad Tecnológica de La Habana "José Antonio Echeverría", Cuba*
 Prof.ª Dr.ª Mauriceia Silva de Paula Vieira, Universidade Federal de Lavras
 Prof.ª Dr.ª Odara Horta Boscolo, Universidade Federal Fluminense
 Prof.ª Dr.ª Patrícia Vasconcelos Almeida, Universidade Federal de Lavras
 Prof.ª Dr.ª Paula Arcoverde Cavalcanti, Universidade do Estado da Bahia
 Prof. Dr. Rodrigo Marques de Almeida Guerra, Universidade Federal do Pará
 Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares, Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Sergio Bitencourt Araújo Barros, Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Sérgio Luiz do Amaral Moretti, Universidade Federal de Uberlândia
 Prof.ª Dr.ª Silvia Inés del Valle Navarro, *Universidad Nacional de Catamarca, Argentina*
 Prof.ª Dr.ª Teresa Cardoso, Universidade Aberta de Portugal
 Prof.ª Dr.ª Teresa Monteiro Seixas, Universidade do Porto, Portugal
 Prof. Dr. Turpo Gebera Osbaldo Washington, *Universidad Nacional de San Agustín de Arequipa, Peru*
 Prof. Dr. Valter Machado da Fonseca, Universidade Federal de Viçosa
 Prof.ª Dr.ª Vanessa Bordin Viera, Universidade Federal de Campina Grande
 Prof.ª Dr.ª Vera Lúcia Vasilévski dos Santos Araújo, Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Wilson Noé Garcés Aguilar, *Corporación Universitaria Autónoma del Cauca, Colômbia*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C569 Ciências humanas [livro eletrônico] : estudos para uma visão holística da sociedade: vol I / Silvia Inés Del Valle Navarro, Gustavo Adolfo Juarez. – Curitiba, PR: Artemis, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-87396-37-8

DOI 10.37572/EdArt_270621378

1. Ciências humanas. 2. Desenvolvimento humano. 3. Estudos culturais.

I. Del Valle Navarro, Silvia Inés. II. Juarez, Gustavo Adolfo.

CDD 300.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

APRESENTAÇÃO

ESTUDIOS CULTURALES Y DESARROLLO HUMANO

“Só quem pode surgir com o povo é o novo.

E o novo são as crianças.

Com elas, poderão vir as respostas que não encontramos” ...

“...Poxa, até que essa geração mais velha tem algo a oferecer”

Ubiratan D´Ambrosio

São Paulo, 8 de Diciembre de 1932 - 12 de Mayo de 2021

Este libro, titulado **Ciências Humanas: Estudos para uma Visão Holística da Sociedade**, surge mientras transitamos un momento muy particular para nuestra especie humana, en donde se ve amenazada su existencia en forma global. Es por ello, que debe valorarse el esfuerzo de numerosos autores e investigadores que todavía sienten la necesidad y el deseo de entregar sus esfuerzos en la causa de la difusión de resultados de sus trabajos científicos.

Mientras esperamos soluciones, que resguarden al bienestar en la Salud y con ello en la recomposición de la Economía y Educación, por el retraso que esta situación pandémica produce, queda la esperanza de que el replanteo social en las estructuras de las sociedades nos lleven a valorar los resultados que hasta ahora nos ha permitido sobrevivir. Por lo tanto, en esta obra, donde el conjunto de capítulos reflejan la inherente participación en la diversidad de temáticas planteadas, están agrupados trabajos considerados desde el perfil profesional de cada temática asumida por autores de diversos lugares del planeta.

En el Primer Volumen, que tiene como eje temático **ESTUDIOS CULTURALES Y DESARROLLO HUMANO**, se detallan éstos aspectos que se reflejan en las disímiles comunidades que son estudiadas e investigadas por algunos autores en las problemáticas locales mostrando sus inquietudes, tanto a nivel etario, como de sus actividades, o profesiones.

Esperando que estos trabajos sean de gran aporte a los lectores, les deseamos una buena lectura.

SILVIA INÉS DEL VALLE NAVARRO

GUSTAVO ADOLFO JUAREZ

APRESENTAÇÃO

ESTUDOS CULTURAIS E DESENVOLVIMENTO HUMANO

*“Só quem pode surgir com o povo é o novo.
E o novo são as crianças.
Com elas, poderão vir as respostas que não encontramos”...*

“...Poxa, até que essa geração mais velha tem algo a oferecer”

Ubiratan D´Ambrosio
São Paulo, 8 de Diciembre de 1932 - 12 de Mayo de 2021

Este livro, intitulado **Ciências Humanas: Estudos para uma Visão Holística da Sociedade**, surge enquanto vivemos um momento muito particular para nossa espécie humana, onde sua existência está ameaçada globalmente. Por este motivo, deve ser valorizado o esforço de inúmeros autores e investigadores que ainda sentem a necessidade e o desejo de se empenharem na causa da divulgação dos resultados dos seus trabalhos científicos.

Enquanto esperamos por soluções que protejam o bem-estar na Saúde e com ela na recomposição da Economia e da Educação, pelo atraso que esta situação pandêmica produz, espera-se que o repensar social nas estruturas das sociedades nos leve valorizar os resultados que até agora nos permitiram sobreviver. Portanto, nesta coletânea, onde o conjunto de capítulos refletem a participação inerente à diversidade das questões levantadas, se agrupam obras consideradas a partir do perfil profissional de cada disciplina assumida por autores de diversas localidades do o planeta.

No Primeiro Volume, que tem como eixo temático ESTUDOS CULTURAIS E DESENVOLVIMENTO HUMANO, detalham-se esses aspectos que se refletem nas comunidades díspares que são estudadas e investigadas por alguns autores em problemas locais mostrando suas preocupações, tanto em nível de idade, quanto em suas atividades, ou profissões.

Esperando que esses trabalhos sejam de grande contribuição para os leitores, desejamos uma boa leitura.

SILVIA INÉS DEL VALLE NAVARRO
GUSTAVO ADOLFO JUAREZ

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1.....1

A DESINFORMAÇÃO NA HISTÓRIA: AS FAKE NEWS NO CASO DREYFUS E NA ERA DIGITAL

[Denise Paro](#)

DOI 10.37572/EdArt_2706213781

CAPÍTULO 2..... 10

INTELIGENCIA EMOCIONAL RASGO Y PERSONALIDAD

[Èlia López-Cassà](#)

[Núria Pérez-Escoda](#)

[Albert Alegre Rosselló](#)

DOI 10.37572/EdArt_2706213782

CAPÍTULO 3..... 20

REVISIÓN TEÓRICA Y EMPÍRICA DEL ESTUDIO DE LAS FORTALEZAS Y VIRTUDES EN EL CURSO DE VIDA ADULTO

[Franco Morales](#)

[Claudia Josefina Arias](#)

DOI 10.37572/EdArt_2706213783

CAPÍTULO 4.....28

PSICOANÁLISIS CON NIÑOS: JUEGO Y SIGNIFICANTE EN EL RECORRIDO PULSIONAL

[Celeste Ghilioni](#)

DOI 10.37572/EdArt_2706213784

CAPÍTULO 5.....36

IATROGENIA Y NUEVA SOCIALIDAD: UN ESTUDIO DE LOS EFECTOS EN EL DESARROLLO DE LA SENSIBILIDAD SOCIAL DE UN GRUPO DE ADOLESCENTES DESINSTITUCIONALIZADOS

[Clody Genaro Guillén Albán](#)

DOI 10.37572/EdArt_2706213785

CAPÍTULO 6 51

MEASURING THE STRUCTURAL VALIDITY OF TWO NORDOFF-ROBBINS SCALES FOR A PATIENT WITH AUTISM

Aline Moreira Brandão André
Cristiano Mauro Assis Gomes
Cybelle Maria Veiga Loureiro

DOI 10.37572/EdArt_2706213786

CAPÍTULO 7 67

ACTIVIDAD SEXUAL, FRECUENCIA Y SATISFACCIÓN DE HOMBRES Y MUJERES MAYORES

Isabel Piñeiro Aguín
Susana Rodríguez Martínez
Iris Estévez Blanco
Bibiana Regueiro Fernández
Marcia Galina Ullauri Carrión

DOI 10.37572/EdArt_2706213787

CAPÍTULO 8 78

A MULHER ENCARCERADA: UM BREVE CAMINHO HISTÓRICO-SÓCIO-CULTURAL DA MULHER E A SUA VULNERABILIDADE

Sylvio Takayoshi Barbosa Tutya
Maria Elisa de Lacerda Faria
Bianca da Silva Muniz
Thamyres Ribeiro Pereira

DOI 10.37572/EdArt_2706213788

CAPÍTULO 9 93

LIDERAZGO FEMENINO BAJO EL BUEN VIVIR Y LA COSMOVISIÓN ANDINA

Carolina Bown

DOI 10.37572/EdArt_2706213789

CAPÍTULO 10 102

LAS NUEVAS FORMAS LABORALES: SU IMPACTO SUBJETIVO Y EFECTOS EN LA SALUD/SALUD MENTAL

María Flaviana Ponce

DOI 10.37572/EdArt_27062137810

CAPÍTULO 11.....	109
COHERENCIA ORGANIZACIONAL: EVIDENCIA EXPERIMENTAL SOBRE EFECTOS DE LOS JUICIOS DE COHERENCIA	
Fernando Toro Álvarez	
DOI 10.37572/EdArt_27062137811	
CAPÍTULO 12.....	119
A GREVE DE 2012 - UM MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA E REAÇÃO CONTRA A APROPRIAÇÃO DO TRABALHO IMATERIAL NA POLÍCIA FEDERAL	
Antônio José Moreira da Silva	
DOI 10.37572/EdArt_27062137812	
CAPÍTULO 13.....	139
DESIGN E ARTESANATO: PROCESSO DE CRIAÇÃO DE BOLSAS DE CROCHÊ COM REAPROVEITAMENTO DE MATERIAIS	
Zulmira Alves Correia	
DOI 10.37572/EdArt_27062137813	
CAPÍTULO 14.....	144
A ESCOLA MÉDICA DE ANGOLA DE 1791 E A SUA PARTICIPAÇÃO NA HISTÓRIA GLOBAL: DIFUSÃO DE SABERES AFRICANOS (SÉCULOS XVIII E XIX)	
Fernanda Ribeiro Rocha Fagundes	
DOI 10.37572/EdArt_27062137814	
CAPÍTULO 15.....	157
RELIGIÃO, ENVELHECIMENTO E DOR: INTERMEDIações ENTRE FORMAS CULTURAIS DE REPRESENTAR O SOFRIMENTO E PRÁTICAS CURATIVAS ENTRE PESSOAS IDOSAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA	
Ramiro Esdras Carneiro Batista	
Flávio Pereira Passos	
DOI 10.37572/EdArt_27062137815	
CAPÍTULO 16.....	170
A RELAÇÃO DE MARIA COM A TRINDADE: SIGNIFICADO PARA AS CULTURAS LATINO AMERICANO E CARIBENHA	
Wilner Charles	
DOI 10.37572/EdArt_27062137816	

CAPÍTULO 17	183
O PARADOXO DO JORNALISMO NA HISTÓRIA IMEDIATA: ANÁLISE CULTURAL DA EXPERIÊNCIA VIVIDA DE PROFISSIONAIS NO COTIDIANO DE UBERLÂNDIA	
Gerson de Sousa	
DOI 10.37572/EdArt_27062137817	
CAPÍTULO 18	197
ATIVIDADE DE INCENTIVO À LEITURA - QUE TÍTULO VOCÊ DARIA PARA ESSE LIVRO?	
João Vitor Santos de Souza	
Luciana Zago Ethur	
Guilherme Schimitt	
Shirlei Pezzi Fehndrich	
Aparecida Miranda Corrêa	
João Vitor Liscano Gomes	
Danrlei Melo Maciel	
Daniele Felicio Rodrigues	
Carine Borges Batista	
DOI 10.37572/EdArt_27062137818	
CAPÍTULO 19	207
A IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO ATRAVÉS DA ESCRITA	
Daiane Luiza Lopes	
Alexa Fagundes dos Santos	
Carolina Baldissera Gross	
DOI 10.37572/EdArt_27062137819	
SOBRE OS ORGANIZADORES	213
ÍNDICE REMISSIVO	214

IATROGENIA Y NUEVA SOCIALIDAD: UN ESTUDIO DE LOS EFECTOS EN EL DESARROLLO DE LA SENSIBILIDAD SOCIAL DE UN GRUPO DE ADOLESCENTES DESINSTITUCIONALIZADOS

Data de submissão: 12/04/2021

Data de aceite: 28/04/2021

Soc. Clody Genaro Guillén Albán
clodyguillen@hotmail.com

RESUMEN: La *Problemática del Niño Institucionalizado*, es común a todos los países de La Región. Si bien la *Institucionalización* surgió como una respuesta de los Estados en la búsqueda de dar protección a niños, niñas y adolescentes en abandono, en la práctica alteró la capacidad de vida en sociedad de quienes se buscaba proteger, volviéndolos vulnerables ante la posibilidad de generar patologías sociales. Tras el cuestionamiento a la *Institucionalización*, ha surgido una nueva generación de medidas de protección, las cuales buscan la *Desinstitucionalización* y la *No Institucionalización* de niños y adolescentes, priorizándose en ambos casos la vida en una Familia, ya sea ésta la propia Familia Biológica, la Familia Extensa o Extendida, una Familia Acogedora o una Familia Adoptiva. En la implementación de la nueva generación de medidas de protección, se ha reintegrado a los niños y adolescentes a su Familia o se les ha integrado en una Familia, observándose que, entre los desinstitucionalizados, se suceden una serie

de conductas de riesgo que dificultan su reinserción social. Debido a ello, comienza a vislumbrarse una preocupación por la *Problemática del Niño Desinstitucionalizado* y, desde la Sociología de la Infancia, cobra relevancia la búsqueda de explicaciones del por qué y del cómo se ha alterado la capacidad de vida en sociedad de los niños y adolescentes que han vivido en Centros de Atención Residencial privados del cuidado de sus padres y familia. Como un intento de explicación, se propone que la *iatrogenia* que se genera en la atención residencial, es lo que –en última ratio– afecta el desarrollo de la *Sensibilidad Social* y produce en los niños y adolescentes desinstitucionalizados una *nueva socialidad*. Así, a partir del reporte de monitoreo de un grupo de diez (10) adolescentes desinstitucionalizados, se realizó un estudio preliminar sobre los efectos que tiene la institucionalización en el desarrollo de la *Sensibilidad Social*, cuyos resultados han sido comparados con los resultados de estudios realizados en Perú, Ecuador y Colombia sobre la conducta de ex residentes de Centros de Atención Residencial. La información que se presenta, forma parte de la revisión que se hizo a la experiencia de intervención social para la modificación de la conducta de adolescentes institucionalizados que fue llevada a cabo entre los años 2004 y 2010 y 2012 y 2015 en tres Centros de Atención Residencial públicos en el Perú y forma parte de una

revisión mayor que busca evidenciar a la institucionalización prolongada como una forma de maltrato hacia los niños, niñas y adolescentes privados de cuidado parental. **PALABRAS CLAVE:** Iatrogenia. Desinstitucionalización. Sensibilidad Social. Preocupación Social. Nueva Socialidad.

1 INTRODUCCIÓN

Aunque a partir de los años veinte del Siglo pasado, comenzó a vislumbrarse cierta preocupación social por el niño que carece de Familia, el análisis sociológico del niño institucionalizado en el Perú, recién se inició ya entrados los años sesenta, siendo pionero el libro *Los Niños del Perú* de Carlos Castillo Ríos (1974), quien, al referirse a los *Menores en Situación Irregular*, ha afirmado que:

Para ellos la sociedad crea instituciones que bajo diversos nombres (...) ejercen su tutela a nombre del amor al prójimo, la solidaridad social o la caridad. Algunos sostienen que, en el fondo, lo que se quiere con estas instituciones es evitar a la ciudad –por indecoroso– el deprimente espectáculo de los niños desamparados (Castillo, 1974, p. 57).

A pesar de la claridad de lo señalado por Castillo Ríos (1974), ha sido lento el proceso de aceptación de que algo estaba pasando al interior de los dispositivos estatales creados para la acogida residencial de los niños y adolescentes. Como consecuencia del lento proceso de aceptación, en el ambiente académico se evidenciaron los graves problemas que la desinstitucionalización significaba para la sociedad, para los Gobiernos y para el Estado, lo cual ocasionó, como consecuencia, una demanda de investigación que –sin proponérselo– priorizó el aspecto psicológico del problema; así, para el caso de Bolivia, se ha afirmado que:

los problemas encontrados más frecuentemente en menores institucionalizados son la incapacidad de dar y recibir afecto junto con trastornos de comportamiento y lenguaje y un retraso en el desarrollo intelectual. Como posibles causas a estos problemas han sido identificadas la falta de cuidado materno en los primeros años de vida, como la falta de estimulación para desarrollar todas sus capacidades (DNI, 1991, P. 39).

Mientras que, en este mismo sentido, para el caso de Chile, Serracino (S/F) ha afirmado que:

La institucionalización, representada como efecto de separación y ruptura del vínculo primario, con la consecuente carencia de relaciones vinculares estables y coherentes que ofrece para los niños y niñas, ha demostrado provocar trastornos en los vínculos y afectar en la formación posterior de una personalidad sana e integrada, con alta probabilidad de desarrollar problemas emocionales y/o conductuales, los que muchas veces pueden aumentar, al no mediar un proceso terapéutico oportuno (Serracino, S/F).

Desde la publicación del libro *Los Niños del Perú* de Carlos Castillo a mediados de la década del 70, la situación de los niños y adolescentes separados de sus Familias e institucionalizados por el Estado para protegerlos, ha constituido a lo largo de casi 50 años, una problemática invisibilizada, pese a revestir un riesgo real para nuestras sociedades.

Al igual que en el Perú, en base a la información proporcionada por Sarracino (S/F), se ha podido conocer que en el caso de Chile:

la institucionalización en lugar de mejorar la situación de los niños y sus familias los expone a situaciones de riesgo que perjudican severamente su desarrollo y la posibilidad de reestablecer vínculos con su familia de origen y la sociedad (Sarracino, S/F).

En este mismo sentido, en el documento *Desinternación en Chile. Algunas lecciones aprendidas* (2005), Unicef ha señalado que el recurso de internación de los niños en instituciones representa un obstáculo en su integración social (Unicef, 2005).

Asimismo, en un estudio realizado por la Asociación Amici del Bambini en Bolivia, Colombia y Perú, se ha afirmado que:

El ambiente de institucionalización hace que estos jóvenes no se inserten favorablemente en la sociedad, en el ámbito laboral, educativo, ni familiar (Ai. Bi., 2011, p. 137).

Sin duda, el problema es común no sólo a los países de la Región; por ello, la Sociología demanda un mayor interés por la investigación que priorice el aspecto social del problema. Es decir:

El problema del daño asociado a la institucionalización que se manifiesta en términos de la interacción social de los niños y adolescentes desinstitucionalizados, aumentando con ello la probabilidad de su exclusión aún dentro de su grupo social de pertenencia.

A partir de la comparación de los resultados difundidos en Estudios e Informes llevados a cabo en Perú, Bolivia y Colombia sobre la conducta de ex residentes de Centros de Atención Residencial, se realizó una revisión de los efectos que la institucionalización tuvo en el desarrollo de la *Competencia Social* de un grupo de diez (10) adolescentes que fueron desinstitucionalizados de tres Centros de Atención Residencial públicos en el Perú, detectándose que todos los adolescentes investigados presentaban una falla en su *Sensibilidad Social*.

La información que se presenta en la ponencia, forma parte de la revisión que se hizo a la experiencia de intervención social para la modificación de la conducta de adolescentes institucionalizados que fue llevada a cabo entre los años 2004 y 2010 y 2012 y 2015 y forma parte de una revisión mayor que busca *evidenciar a la institucionalización prolongada como una forma de maltrato hacia los niños, niñas y adolescentes privados de*

*cuidado parental*¹, por romper su vínculo con los espacios normales para su desarrollo e integración social.

2 DIVISIÓN DEL UNIVERSO DE LOS NIÑOS, NIÑAS Y ADOLESCENTES A PARTIR DE SU SITUACIÓN SOCIAL EN RELACIÓN AL CUIDADO QUE LES ES PROPORCIONADO POR LA FAMILIA BIOLÓGICA

Dentro del universo de los niños, niñas y adolescentes, a partir de su situación social en relación al cuidado que les es proporcionado por su Familia Biológica, puede hacerse una diferenciación entre ellos; así, en base a las diferencias observables respecto al indicador *Cuidado que reciben de su Familia Biológica*, puede hablarse de un modo preliminar de:

- a. Niños, niñas y adolescentes que viven con el adecuado cuidado de sus padres,
- b. Niños, niñas y adolescentes que viven con riesgo de perder el cuidado de sus padres, y
- c. Niños, niñas y adolescentes que han perdido el cuidado de sus padres.

Asimismo, en base a esta diferenciación, entre aquellos niños, niñas y adolescentes que han perdido el cuidado de sus padres o se encuentran en riesgo de perderlo, con mayor precisión, puede hablarse de:

- Aquellos que viven con su Familia Biológica o con su Familia Extensa,
- Aquellos que viven en un Centro de Atención Residencial, y
- Aquellos que viven en la calle.

Para estos niños, niñas y adolescentes, en la mayoría de los países de la Región, los Operadores Sociales de la Investigación Tutelar, han utilizado en forma desmedida la Institucionalización de niños, niñas y adolescentes por razones de protección, mientras que, por estas mismas razones, los Administradores de la Protección Integral buscan prolongarla.

3 LA OTRA PROBLEMÁTICA DEL ADOLESCENTE INSTITUCIONALIZADO

De acuerdo con las estimaciones realizadas por el UNICEF en el año 2013, en la Región, los niños, niñas y adolescentes que han perdido el cuidado de sus padres o se encuentran en riesgo de perderlo que viven en un Centro de Atención Residencial a razón de una supuesta Protección Integral a sus Derechos vulnerados, superan los 240,000, existiendo en el Perú unos 19,000 niños y adolescentes que viven en esta situación, privados del cuidado de una Familia y de la vida en comunidad.

Ante la situación de los niños y adolescentes sin cuidado parental o en riesgo de perderlo, la Sociedad ha creado dispositivos para su protección, los cuales si bien

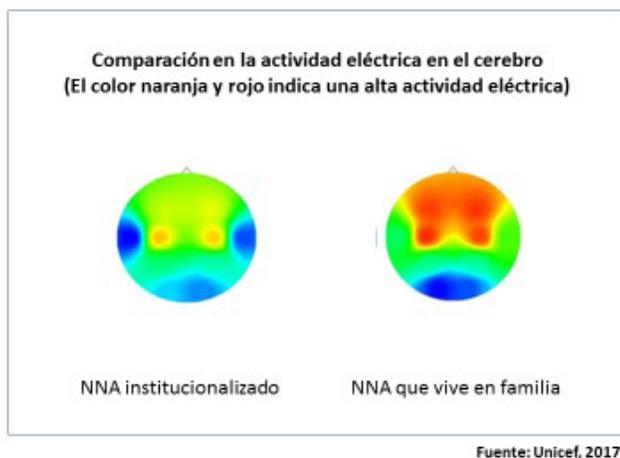
¹ Un avance de este estudio fue publicado bajo el título **La No Desinstitucionalización: una forma de violencia maltrato infantil** en el Boletín N° 12 (2010: 124-141) del Instituto de Familia de la Universidad Fememina – Unifé (Lima-Perú).

han buscado –y al parecer han logrado– la satisfacción de las necesidades básicas, sin proponérselo, han descuidado sus *necesidades sociales*, dificultándose –con ello– su posterior integración a la Sociedad.

La literatura especializada sobre la institucionalización pone de manifiesto que:

La percepción hacia los Centros de Acogida y las relaciones interpersonales que se establecen con el personal que allí trabaja, por el cambio continuo, influyen desfavorablemente en el desarrollo afectivo, la personalidad y los procesos de adaptación y socialización (Ai. Bi., 2012, p. 135).

En este mismo sentido, el UNICEF ha señalado que el vínculo con los cuidadores adultos, genera conexiones en el cerebro en crecimiento que facilitan el desarrollo de habilidades intelectuales, físicas y emocionales. Así, en base a los hallazgos realizados, se ha afirmado que a mayor vínculo, mayores conexiones cerebrales.



Con lo que es de entenderse que la baja actividad eléctrica en el cerebro del niño o adolescente institucionalizado, tiene incidencia negativa en su desarrollo psicológico, cognitivo y motor.

Al respecto, se ha podido observar que los adolescentes desintitucionalizados tienen baja autoestima, son tímidos, presentan bajo rendimiento intelectual, compromiso en el lenguaje y atraso en el desarrollo motor; asimismo, presentan temor exagerado, inseguridad y desconfianza, ante lo cual se encuentran a la defensiva y responden violenta y agresivamente.

En este mismo sentido, la Associazione Amici dei Bambini (2012), ha señalado que los adolescentes desintitucionalizados tienen:

una autovaloración inadecuada, baja autoestima, dificultades en aprendizaje y en las relaciones interpersonales (Ai. Bi., 2011, p. 131).

Aun cuando la *problemática del niño institucionalizado* no es un tema nuevo para la Sociedad ni para la Sociología, la vida de niños, niñas y adolescentes en Centros de Atención Residencial, recientemente ha cobrado relevancia sociológica, a partir del reconocimiento y aceptación de que la institucionalización y la vida privada del cuidado familiar y de la participación en la comunidad que ella implica, tiene «*efectos negativos*» en la socialidad de los niños, niñas y adolescentes «*en riesgo*» o «*en estado de abandono*» a quienes el Estado y la Sociedad buscaban proteger.

En relación a los adolescentes desinstitucionalizados, los *efectos negativos* en su socialidad, han sido evidenciados en que al establecer relaciones sociales, presentan recurrentemente las siguientes conductas:

- a. Mienten con facilidad,
- b. Toman objetos que nos les pertenecen y los ocultan,
- c. Dañan la propiedad privada,
- d. Siempre están a la defensiva ante las opiniones de los demás,
- e. Escasa vez tienen en cuenta los sentimientos de los demás,
- f. Siempre adoptan una actitud desafiante,
- g. Siempre buscan satisfacer sus necesidades sin importarles la satisfacción de las necesidades de los demás,
- h. Por lo general son opositores,
- i. Tienen poca sensibilidad social, y
- j. Tienen poca preocupación por los demás, especialmente por aquellos que sufren o tienen problemas.

La frecuencia (Fr) con que se suceden estas conductas² en los adolescentes observados, puede verse en la siguiente tabla:

TABLA 1. CONDUCTAS RECURRENTE OBSERVADAS EN LOS DESINSITUCIONALIZADOS

Sujeto	CONDUCTA RECURRENTE										Fr
	a)	b)	c)	d)	e)	f)	g)	h)	i)	j)	
03-SFA	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	10
04-SFA	x		x	x	x		x	x	x	x	8
05-SFA	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	10
06-SFA	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	10
07-SFA	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	10
08-SFA	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	10
01-CED	x		x	x	x		x	x	x	x	8
02-CED	x		x	x	x	x	x	x	x	x	9

Fuente: Elaboración propia con datos de la encuesta realizada

² La frecuencia (Fr) de las conductas señaladas ha sido elaborada en base a la información recogida en las entrevistas realizadas con los padres o familiares de los adolescentes observados.

Confirmando la presencia de estas conductas, uno de los entrevistados señaló:

siempre está a la defensiva. Si tú le dices algo te responde fuerte y amenazándote y no le importa hacerte daño.

En este mismo sentido, en la entrevista realizada a la madre de uno de los adolescentes observados, ésta informó:

no se le puede decir nada, siempre responde mal. Parecer que hace las cosas para molestarme, es como si no me quisiera. Cree que tiene más derechos que sus hermanitos y no le interesa si comen o no. Sólo quiere estar en la calle y no ayuda en nada.

En este mismo sentido, la Associazione Amici dei Bambini (2012), ha afirmado que:

Los jóvenes egresados de centros de acogida tienen una conducta de defensa ante sus intereses personales, sin tener en cuenta, ni los sentimientos, ni las opiniones de los demás. Suelen adoptar una conducta amenazante (Ai.Bi., 2012, p. 137).

Si bien, a mediados de la década del 70, Carlos Castillo Ríos en el libro *Los Niños del Perú* (1974) advertía que:

En vez de luchar por la desaparición de las causas que provocan los problemas de la infancia se prefiere abrir internados –al parecer asépticos e idílicos– que, por estar al margen de toda verdadera experiencia social, corrientemente se convierten en oscuros nidos de homosexualismo y de otras desviaciones conductuales. De este modo –en pleno siglo XX y generalmente con dinero del Estado – se van formando imperceptiblemente a inadaptados y a complejados, cuando no a disminuidos mentales o emocionales (Castillo, 1974, p. 60).

De acuerdo con esto, tal como ha señalado Jonathan Sarracino, es de afirmarse que:

la institucionalización en lugar de mejorar la situación de los niños y sus familias los expone a situaciones de riesgo que perjudican severamente su desarrollo y la posibilidad de restablecer vínculos con su familia de origen y la sociedad (Sarracino, S/f, p. 2).

Es decir, la *Nueva Socialidad* de los adolescentes desinstitucionalizados, estaría –al parecer– determinada por las conductas anómicas que presentan y, a partir de ellas, por la dificultad que tienen para integrarse adecuadamente a su familia y la sociedad.

4 IATROGENIA Y NUEVA SOCIALIDAD

En la actualidad, ante la evidencia rescatada en estudios e investigaciones realizadas en diferentes países en todo el mundo, es innegable que la institucionalización produce efectos negativos en los niños, niñas y adolescentes.

Así, en base a la abundante bibliografía especializada existente, puede afirmarse que la institucionalización afecta el desarrollo físico, psicológico y social de los niños, niñas y adolescentes, con lo que se postula que la protección que se brinda en los Centros de

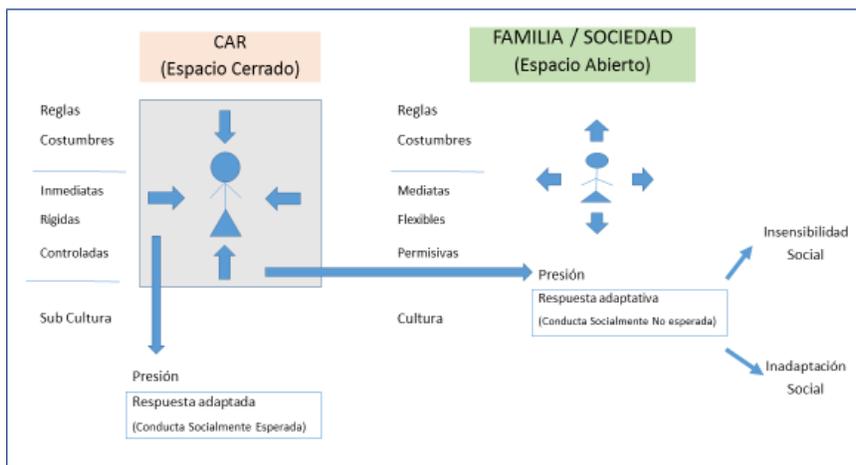
Atención Residencial, *per se*, genera «latrogenia» (y «efectos iatrogénicos») y que ésta, a su vez, produce una suerte de anomalía en el desarrollo de la socialidad, la misma que se evidencia, como una *Nueva Socialidad*, en la conducta anómica de quienes han vivido de manera más o menos prolongada en Situación Residencial.

En este sentido, la conducta de quienes han vivido en un Centro de Atención Residencial, de una u otra forma, impide que terminen de integrarse adecuadamente a su familia y a la sociedad, incluso entre quienes parecen mejor adaptados.

De acuerdo con esto, recurriendo al concepto propuesto por Yaría (1999), estaríamos frente a una suerte de *socialización patológica* (Yaría, 1999: 30) que se daría al interior de la dinámica preestablecida por un grupo artificial [formado por residentes, cuidadores y profesionales] dentro de un espacio estructurado que –a pesar de todo– no deja de ser restrictivo para la socialización positiva.

La institucionalización devela, en sí misma, las condicionantes de un entramado de relaciones sociales con que –dentro del espacio cerrado del grupo artificial del CAR– el niño o adolescente, debido a la dinámica preestablecida en base a reglas y costumbres inmediatas, rígidas y controladas, es construido (o reconstruido) como sujeto social dentro de una Sub Cultura de la cual –ahora– es depositario y representante, la misma que, además, condiciona su habilidad/inhabilidad para presentarse ante los otros, así como su capacidad para ejecutar conductas ante ellos.

GRÁFICO 1. DINÁMICA DE LA CONDUCTA DENTRO Y FUERA DEL CAR



Elaboración: Soc. Clody Genaro Guillén Albán, 2017

De acuerdo con esto, es de presumirse –aún de modo preliminar– que las relaciones interpersonales que se establecen al interior de los Centros de Atención Residencial con el personal [tanto con los cuidadores como con los profesionales] y con

los demás residentes, se dan, ya sea como respuesta a los cuidadores o como interacción con sus pares, desde una Sub Cultura que es pre existente al ingreso, la misma que – dentro del CAR– influye negativamente en su proceso de socialización y –fuera del CAR– actúa como sustento de su respuesta conductual ante los estímulos que encuentra en el espacio abierto que para él representa la sociedad.

Para demostrar nuestra hipótesis, empezaremos por señalar que, si bien la evidencia documentada muestra que la institucionalización afecta el desarrollo físico, psicológico y social de los niños, niñas y adolescentes, la evidencia recogida empíricamente muestra que, tras dos años de vida en situación residencial, se agudizan los problemas de adaptación al Centro de Atención Residencial y de trastornos de conducta, los que, incluso, requieren de atención especializada en Centros de Salud Mental.

Así, de los diez (10) casos de adolescentes entre 14 y 17 años observados que no habían tenido experiencia previa de vida en un Centro de Atención Residencial, los sujetos **01-SFA** y **02-SFA** [el 20% de la muestra] presentaron mejor adaptación a la dinámica y estructura del Centro de Atención Residencial y, al cabo de dos años en situación residencial, presentaron problemas de salud mental con ideación suicida e intentos de robo y consumo de medicamentos no prescritos.

De acuerdo con la evidencia disponible sobre estos dos (02) sujetos, puede presumirse que la aparente mejor adaptación a la dinámica y estructura del Centro de Atención Residencial, habría sido en realidad un «falso *self*» desde el cual respondían a sus cuidadores y al entorno, sin lograr establecer procesos adecuados de individualización.

En los ocho (08) casos restantes [el 80% de la muestra], todos los sujetos observados evidenciaron mayores dificultades para adaptarse a la dinámica y estructura del Centro de Atención y, asimismo, presentaron problemas de conducta; de éstos, a lo largo de su permanencia en el Centro, los sujetos **03-SFA**, **04-SFA** e **05-SFA** [el 30% de la muestra], requirieron de atención especializada e internamiento en un Centro de Salud Mental, debido a que se auto agredieron infringiéndose cortes en los brazos.

En todos los casos de los sujetos observados que presentaron mayor dificultad para adaptarse a la dinámica y estructura del Centro, se observó opositorismo desafiante y, principalmente, conducta manipuladora y la búsqueda de gratificación secundaria. De éstos, en un caso, el sujeto **06-SFA** [el 10% de la muestra], aprovechó la inexperiencia de un cuidador para simular –en un descuido– un intento de suicidio³ y, posteriormente, requerir la entrega de estímulos materiales para mejorar su conducta; este mismo sujeto constantemente se apropiaba de objetos que no le pertenecían.

³ En este caso, el adolescente fue derivado a un Centro de Salud Mental donde recibió atención y tratamiento en Psiquiatría Infantil, determinándose que no existió el intento de suicidio y que existió búsqueda de gratificaciones secundarias.

En el seguimiento realizado a los sujetos **01-SFA** y **02-SFA**, tras su egreso del Centro de Atención Residencial, se conoció que ambos sujetos desarrollaron esquizofrenia y que el sujeto **01-SFA** intentó suicidarse en más de una oportunidad.

TABLA 2. DESARROLLO DE ESQUIZOFRENIA EN LOS DESINSTITUCIONALIZADOS

N°	Sujeto observado	¿Desarrollaron esquizofrenia?	
		SI	NO
1	01-SFA	x	
2	02-SFA	x	
3	03-SFA		x
4	04-SFA		x
5	05-SFA		x
6	06-SFA		x
7	07-SFA		x
8	08-SFA		x
9	01-DOM		x
10	02-DOM		x
%		20	80

Fuente: Elaboración propia con datos de la encuesta realizada

En el seguimiento realizado a los ocho (08) sujetos que no desarrollaron esquizofrenia [el 80% de la muestra], se pudo conocer que el sujeto **05-SFA** desarrolló una conducta de Infracción a la Ley Penal y, debido a ello, fue ingresado a un Centro del Poder Judicial para adolescentes infractores y que de los siete (07) sujetos restantes [el 70% de la muestra], todos han continuado realizando las conductas de riesgo que motivaron su ingreso al Centro de Atención Residencial, permaneciendo gran parte de su tiempo fuera de sus hogares y socializando en la calle con adolescentes y jóvenes de grupos intersticiales o marginales.

En el seguimiento de los ocho (08) sujetos que no desarrollaron esquizofrenia [el 80% de la muestra], se conoció que **en seis (06) casos, sus padres, familiares o personas con las que vivían luego de su desinstitucionalización, informaron que éstos tenían escasas o nulas expresiones de «afecto verdadero» hacia ellos.** En el caso de los dos (02) sujetos restantes [el 20% restante de la muestra], del sujeto **04-SFA** se supo que únicamente tenía expresiones de afecto hacia sus abuelos maternos (con quienes vivió hasta antes de su ingreso al CAR y, además, fueron quienes lo visitaron con mayor frecuencia durante su permanencia en él) y que, asimismo, mostraba poco afecto hacia su madre y hacia las demás personas de su entorno; en el caso del sujeto **03-SFA**,

mientras tanto, se supo que éste mostraba mucho afecto hacia su hermana menor, pero se mostraba poco afectivo y hasta agresivo con su madre (a quien responsabilizaba de sus situación) y con las demás personas de su entorno, a quienes sólo se les acercaba cuando tenía algún interés secundario.

La percepción sobre la escasa o nula expresión de afecto de los padres, familiares o personas con las que vivían los ocho (08) adolescentes que no presentaron esquizofrenia, puede apreciarse en el siguiente cuadro:

TABLA 3. PERCEPCIÓN DEL AFECTO EN LOS ADOLESCENTES OBSERVADOS

N°	Sujeto observado	A su juicio ¿Su hijo, nieto, sobrino o hermano es cariñoso/afectivo?	
		SI	NO
1	03-SFA	x	
2	04-SFA	x	
3	05-SFA		x
4	06-SFA		x
5	07-SFA		x
6	08-SFA		x
7	01-DOM		x
8	02-DOM		x
%		20	60

Fuente: Elaboración propia con datos de la encuesta realizada

La escasa o nula expresión de afecto de los adolescentes desinstitutionalizados también ha sido observada en Bolivia; sobre ello, en el estudio *Vida y Experiencia de Egresados de Hogares de Menores* (DNI, 1991), se ha afirmado que:

los problemas encontrados más frecuentemente en menores institucionalizados son la incapacidad de dar y recibir afecto (DNI, 1991, p. 39; citado por Ai. Bi., 2011, p. 130).

En esta misma línea, para el caso del Brasil, Peisano y Lima de Almeida (2004) al referirse a los *efectos de la institucionalización*, han afirmado que:

las separaciones, cuando son prolongadas o repetitivas, tienen una doble consecuencia: de un lado hacen que surja la rabia y, del otro, atenúa el amor (Peisano y Lima de Almeida, 2004, p. 18).

De acuerdo con esto, es comprensible el por qué –a nivel de toda la Región– se haya afirmado, que:

la institucionalización causa alteraciones en la vida afectiva (Penso del Pino, 1981; citado por Ai. Bi., 2011, p. 130).

La falta de afecto hacia sus padres o familiares, parecería justificarse en el hecho de que los diez (10) sujetos observados [el 100% de la muestra], los responsabilizan de su institucionalización.

TABLA 4. PERSONA A QUIÉN SE RESPONSABILIZA POR LA INSTITUCIONALIZACIÓN

N°	Sujeto observado	¿Quién es el responsable de que esté en el Hogar?	
		Padre / Madre	Otro familiar
1	01-SFA		x
2	02-SFA	x	
3	03-SFA	x	
4	04-SFA	x	
5	05-SFA	x	
6	06-SFA		x
7	07-SFA	x	
8	08-SFA		x
9	01-DOM	x	
10	02-DOM	x	
%		70	30

Fuente: Elaboración propia con datos de la encuesta realizada

De acuerdo con este hallazgo, es de señalarse que el 100% de los adolescentes fueron entrevistados en el Centro de Atención Residencial y que, durante su permanencia en éste, no asumieron que su ingreso al CAR se debía a las conductas que desarrollaron, señalando, asimismo, que era responsabilidad de sus padres o familiares corregirlos.

Las experiencias recuperadas de los diez (10) adolescentes monitoreados, evidencian que la vida en un Centro de Atención Residencial privados del cuidado familiar y de la vida en sociedad, ha tenido incidencia negativa en el desarrollo de su afectividad hacia sus padres y familiares y, asimismo, en la baja calidad de su reinserción social.

Sin embargo, éste no es un hallazgo nuevo y, por lo general, su explicación ha provenido desde la Psicología, aunque –a nuestro entender– ésta no ha sido suficiente para sustentarla. Así, se ha afirmado que:

La esfera afectiva en los adolescentes institucionalizados privados del cuidado familiar está constituida por las historias de vida, así como por las configuraciones de estas vivencias las que adquieren una situación negativa provocando la formación de una autovaloración inadecuada, baja autoestima, dificultades en aprendizaje y en las relaciones interpersonales (Ai. Bi. 2011, p. 131).

Debido a que explicaciones de este tipo han sido bastante aceptadas por quienes están preocupados por la situación de los adolescentes que han sido desinstitucionalizados, es de señalarse que, pese a haberse afirmado que la *No desinstitucionalización* de niños,

niñas y adolescentes que residen en un Centro de Atención Residencial constituye una forma de maltrato infantil (Guillén, 2010), ésta –a nuestro entender– todavía no ha sido suficientemente explorada.

Durante el seguimiento realizado a los ocho (08) sujetos que no desarrollaron esquizofrenia [el 80% de la muestra], se ha podido conocer que, si bien seis (06) de ellos [el 60% de la muestra] no tenían muestras de afecto hacia sus padres o hacia los familiares con los que convivían, éstos señalaron que los ocho (08) adolescentes eran *insensibles* ante el sufrimiento de las personas que no pertenecieran a su grupo familiar.

TABLA 5. PERCEPCIÓN DE LA INSENSIBILIDAD DE LOS ADOLESCENTES

N°	Sujeto observado	A su juicio ¿Su hijo, nieto, sobrino o hermano es insensible con las demás personas?	
		SI	NO
1	03-SFA	x	
2	04-SFA	x	
3	05-SFA	x	
4	06-SFA	x	
5	07-SFA	x	
6	08-SFA	x	
7	01-DOM	x	
8	02-DOM	x	
%		80	---

Fuente: Elaboración propia con datos de la encuesta realizada

Si bien la falta de afecto parece justificarse en el hecho de que los diez (10) adolescentes investigados [el 100% de la muestra], responsabilizaban a sus padres o familiares de su institucionalización, al parecer, la conducta anómica de los ocho (08) adolescentes desinstitucionalizados [el 80% de la muestra], se explicaría en el propio hecho de la institucionalización y debido a que esta explicación todavía es insuficiente, proponemos como necesario analizar una variable que –al parecer– no ha sido aún analizada ni estudiada: *La insensibilidad social de los adolescentes observados ante el sufrimiento de los demás*, lo cual revelaría una falla en su Competencia Social o, mejor, una falla en su Socialidad, lo que al evidenciarse como conducta recurrente, vendría a constituir lo que –para los efectos– hemos llamado *Nueva Socialidad*.

Para detectar el nivel de *sensibilidad social* y de *preocupación por los demás*, se aplicó a los padres o familiares una entrevista free list⁴, cuyo procesamiento evidenció una

⁴ La pregunta generadora de la entrevista fue *¿Tú crees que (nombre del adolescente) se preocupa por las demás personas que no sean ustedes?* y, en el desarrollo de la entrevista, surgieron preguntas vinculadas al uso del dinero o bienes personales para apoyar a los demás, recibiendo respuestas negativas en todos los casos.

nula *preocupación social por los demás*, especialmente por aquellos que sufren o tienen problemas sociales.

TABLA 6. PERCEPCIÓN DE LA PREOCUPACIÓN DE LOS ADOLESCENTES POR LOS DEMÁS

N°	Sujeto observado	A su juicio ¿Su hijo, nieto, sobrino o hermano se preocupa por los demás?	
		SI	NO
1	03-SFA		x
2	04-SFA		x
3	05-SFA		x
4	06-SFA		x
5	07-SFA		x
6	08-SFA		x
7	01-DOM		x
8	02-DOM		x
%		---	100

Fuente: Elaboración propia con datos de la encuesta realizada

Para corroborar este hallazgo, a los entrevistados se les aplicó con posterioridad una repregunta con diferencial semántico; la opinión de los padres, familiares o personas con las que los adolescentes vivían luego de su desinstitucionalización, se puede apreciar en el siguiente cuadro:

TABLA 7. PERCEPCIÓN DE LA PREOCUPACIÓN POR LOS DEMÁS

En relación a los demás, su hijo, nieto, sobrino o hermano se muestra:	Valor	Fr	%
Muy preocupado	4	---	0
Preocupado	3	---	0
Poco preocupado	2	2	25
Nada preocupado	1	6	75
TOTAL		8	100

Fuente: Elaboración propia con datos de la encuesta realizada

Sin duda, los valores observados en los ocho (08) sujetos [el 80% de la muestra], evidencian una escasa o nula preocupación social por los demás.

Este mismo hallazgo también ha sido encontrado en Bolivia y Colombia y, al parecer, revelaría una falla en la Competencia Social de los adolescentes desinstitucionalizados, lo que junto a su insensibilidad social, en última instancia, determinarían lo que hemos llamado la *Nueva Socialidad* [es decir la Socialidad de los adolescentes observados], la

cual –como ya se dijo– está caracterizada por su escasa o nula preocupación social por los demás, especialmente por aquellos que tienen problemas sociales, así como por el incremento de la agresividad en las relaciones sociales y por la mayor violencia en la comisión de actos contrarios al bien común.

En base a lo encontrado, es de presumirse que el tipo de efecto más común producto de la institucionalización es el efecto que ésta tiene sobre la *sensibilidad Social*, la misma que tendría incidencia negativa en la conducta social y en el comportamiento de los diez (10) adolescentes desinstitucionalizados observados.

BIBLIOGRAFÍA

Acosta, María; Alburqueque, Ana; Barragán, Norma; Barja, Jannet y Cornejo, Rodolfo (2006). *Proyecto de Diseño de Sistema de Evaluación y Monitoreo de una Casa Hogar*. Lima: UNMSM.

Amici dei Bambini (2011). *Familia y Adolescencia: Búsqueda y Construcción de Procesos Sostenibles de salida al abandono en la Región Andina (Bolivia, Colombia y Perú)*. Lima: Ai.Bi.

Castillo Ríos, Carlos (1974). *Los Niños del Perú*. Lima: Universo.

Gamarra Chávarry, Beatriz (2017). *Niños sin cuidados parentales o en riesgo de perderlos: Estándares Internacionales*. Ponencia: UNICEF.

Guillén Albán, Clody Genaro (2010). *La No Desinstitucionalización, una forma de violencia maltrato infantil*. Boletín del Instituto de Familia N° 12, pp. 124-141.

Guillén Albán, Clody Genaro (2016). *La No Institucionalización, un nuevo paradigma para la protección de niños, niñas y adolescentes*. Ponencia: II Congreso Nacional de Trabajadores del INABIF.

Peisano Motta, María Antonieta y Lima de Almeida, Tatiana (2004). *As Marcas do abandono e da institucionalizacao em criancas e adolescentes*. Sao Paulo: Cecif.

Sarracino, Jonathan (S/F). *Infancia institucionalizada: narrativas de la experiencia de familias del programa de "Reparación, acompañamiento y vinculación familiar"*. Ponencia: Congreso Latinoamericano de Sociología – ALAS.

SOBRE OS ORGANIZADORES

SILVIA INÉS DEL VALLE NAVARRO: Profesora y Licenciada en Física, Doctora en Ciencias Física. Directora del Departamento de Física de la Facultad de Ciencias Exactas y Naturales de la Universidad Nacional de Catamarca, Argentina. Editora de la Revista Electrónica “Aportes Científicos en PHYMATH” – Facultad de Ciencias Exacta y Naturales. Profesora Titular Concursada, a cargo de las asignaturas Métodos Matemáticos perteneciente a las carreras de Física, y Física Biológica perteneciente a las carreras de Ciencias Biológicas. Docente Investigadora en Física Aplicada, Biofísica, Socioepistemología y Educación, dirigiendo Proyectos de Investigación de la Secretaría de Ciencia y Tecnología de la Universidad Nacional de Catamarca con publicaciones científicas dentro del área Multidisciplinaria relacionado a fenómenos físicos-biológicos cuyos resultados son analizados a través del desarrollo de Modelos Matemáticos con sus simulaciones dentro de la Dinámica de Sistemas. Participación en disímiles eventos científicos donde se presentan los resultados de las investigaciones. Autora del libro “Agrotóxicos y Aprendizaje: Análisis de los resultados del proceso de aprendizaje mediante un modelo matemático” (2012), España: Editorial Académica Española. Coautora del libro “Ecuaciones en Diferencias con aplicaciones a Modelos en Dinámica de Sistemas” (2005), Catamarca-Argentina: Editorial Sarquís. Miembro de la Comisión Directiva de la Asociación de Profesores de Física de la Argentina (A.P.F.A.) y Secretaria Provincial de dicha Asociación.

GUSTAVO ADOLFO JUAREZ: Profesor y Licenciado en Matemática, Candidato a Doctor en Ciencias Humanas. Profesor Titular Concursado, desempeñándose en las asignaturas Matemática Aplicada y Modelos Matemáticos perteneciente a las carreras de Matemática. Docente Investigador en Matemática Aplicada, Biomatemática, Modelado Matemático, Etnomatemática y Educación, dirigiendo Proyectos de Investigación de la Secretaría de Ciencia y Tecnología de la Universidad Nacional de Catamarca con publicaciones científicas dentro del área Multidisciplinaria relacionado a Educación Matemática desde la Socioepistemología cuyos resultados son analizados a través del desarrollo de Modelos Matemáticos con sus simulaciones dentro de la Dinámica de Sistemas y de la Matemática Discreta. Autor del libro “Ecuaciones en Diferencias con aplicaciones a Modelos en Dinámica de Sistemas” (2005), Catamarca-Argentina: Editorial Sarquís. Coautor del libro “Agrotóxicos y Aprendizaje: Análisis de los resultados del proceso de aprendizaje mediante un modelo matemático” (2012), España: Editorial Académica Española. Desarrollo de Software libre de Ecuaciones en Diferencias, que permite analizar y validar los distintos Modelos Matemáticos referentes a problemas planteados de índole multidisciplinarios. Ex Secretario Provincial de la Unión Matemática Argentina (U.M.A) y se participa en diversos eventos científicos exponiendo los resultados obtenidos en las investigaciones.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Actividad sexual 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75

Adultos 10, 13, 19, 21, 24, 25, 27, 28, 35, 40, 75, 199

África 144, 145, 146, 149, 154, 155, 167, 178

Amazônia 157, 158

Antropologia da dor 157

Artesanato 139, 143, 200

ASD 51, 54, 60

B

Buen vivir 22, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100

C

Caso Dreyfus 1, 2, 3, 5, 7, 8, 9

Circulação 144 150, 153, 154

Coherencia organizacional 109

Comunicação 1, 6, 9, 63, 85, 126, 133, 142, 160, 165, 166, 176, 183, 187, 188, 189, 195, 196, 203

Cosmovisión andina 93, 94, 95, 97, 98, 99

Cultura 9, 14, 26, 29, 34, 43, 44, 69, 83, 85, 96, 97, 120, 135, 139, 144, 145, 147, 148, 150, 151, 153, 168, 169, 170, 171, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 183, 195, 196

Curas e plantas 144

D

Design 20, 100, 139, 140, 143

Desinstitucionalización 36, 37, 39, 45, 47, 49, 50

E

Economia Solidária 139, 140, 142, 143

Ecuador 36, 68, 70, 71, 76, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101

Envelhecimento e práticas terapêuticas 157

Escrita 200, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212

Estudos Culturais 183, 185, 194, 195, 196

Evento cultural 198

Extensão universitária 198, 199, 206

F

Fake news 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9

Fortalezas del carácter 20, 21, 23, 24

G

Gênero 8, 24, 25, 69, 70, 75, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 89, 91, 92, 96, 97, 101, 153, 168, 177, 210

Gerontología 20, 157, 164

H

Historiografia da Mídia 183

Hombres y mujeres mayores 67, 70

I

Iatrogenia 36, 42, 43

Identidade 80, 83, 127, 139, 169, 177, 183, 184, 186, 187, 195, 196, 211

Inconsciente 31, 207, 208, 210, 211, 212

Inteligencia emocional 10, 12, 13, 14, 18, 24

J

Juego 21, 22, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35

Juicio de coherencia 109, 110, 113, 116

L

Latino-Americano 62, 170

Liderazgo auténtico 93, 97, 98

M

Maria 51, 78, 91, 102, 156, 161, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 194, 195, 196

Memória 64, 100, 128, 133, 145, 169, 183, 184, 185, 186, 187, 194, 195, 196

Movimento sindical 119, 120, 121, 130, 131

Music therapy 51, 52, 53, 54, 57, 59, 60, 61, 63, 66

N

Niños 28, 30, 31, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 44, 47, 50

Nordoff-Robbins Scales 51

Nueva Socialidad 36, 37, 42, 43, 48, 49

P

Personalidad 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 22, 24, 30, 37, 40, 103

PET Agronomia 198, 200, 205

Polícia Federal 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138

Pós-verdade 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9

Práticas sexuais 67, 70, 71, 72, 73, 75

Preocupación social 37, 49, 50

Psicanálise 207, 208, 210, 212

Psicoanálisis 28, 31, 33, 34, 108

Psicología del desarrollo 20, 26

Psicología Positiva 20, 21, 25, 26, 27

Pulsión 28, 32, 34

R

Rasgos de personalidad 10, 11, 12, 15

Reaproveitamento 139, 142

Relação 6, 7, 8, 53, 62, 64, 65, 80, 90, 123, 125, 132, 133, 140, 150, 152, 157, 158, 159, 160, 161, 164, 166, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 184, 185, 186, 187, 195, 198, 202, 205, 210, 211

Representação psíquica 207

S

Saberes 123, 124, 131, 144, 145, 146, 148, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 159, 160, 169

Salud/salud mental 102, 103, 107

Satisfacción sexual 67, 69, 70, 72, 74, 75

Saúde mental 78, 87, 88, 91, 143

Sensibilidad Social 36, 37, 38, 41, 48, 50,

Sentido subjetivo 109, 111, 112, 116

Significante 28, 32, 33, 34, 178, 207, 209, 210, 211

Sistema carcerário 78, 86, 87, 89, 90

Structural validity 51, 53, 54, 61, 65

Subjetividad 102, 103, 116, 117, 118, 132, 137, 158

T

Trabajo 11, 20, 23, 25, 27, 28, 30, 32, 34, 67, 70, 75, 93, 99, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 116, 117, 118, 123

Trabalho imaterial 119, 120, 123, 124, 125, 127, 137

Traço unário 207, 208, 209, 211, 212

Trindade 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182

V

Vejez 20, 21, 25, 26, 69

Violação de direitos 78

Violência contra a mulher 78

Vulnerabilidade 78, 79, 80, 81, 82, 83, 90, 91, 92, 158



**EDITORIA
ARTEMIS**